

Trabalhadores construtores das cidades–capitais planejadas no cerrado. de sujeitos não desejados à sujeitos desviantes

Trabajadores constructores de las ciudades capitales planificadas en el cerrado. de sujetos no deseados a los sujetos desviantes

Travailleurs constructifs des capitales planifiées dans le cerrado. des sujets indésirables aux sujets déviants

Márcia Cristina Hizim Pelá
Faculdades Alfredo Nasser – Unifan
marcia.pela@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo evidenciar como o movimento de espacialização dos trabalhadores construtores de Goiânia, Brasília e Palmas os tornaram os principais sujeitos desviantes do processo inicial de construção das cidades-capitais projetadas no Cerrado. Para isso partimos da argumentação que, apesar de comungar com as análises socioespaciais que partem dos preceitos que essas cidades-capitais foram geridas pelo e para o capital, entendemos que eles são insuficientes para compreender a formação dos seus espaços urbanos. Uma vez que ao privilegiar o produto final da relação capital-trabalho, ignoram a luta dos sujeitos não desejados para se fixarem nesta cidade. Deste modo é que acrescentamos as relações e os seus significados simbólicos, políticos e sociais. Há um espaço vivido que não pode ser desconsiderado. É nele que se percebe como o movimento de espacialização dos sujeitos não desejados nos espaços planejados dessas cidades-capitais os tornam situação de sujeitos desviantes à lógica hegemônica do capital.

Palavras-chave: Goiânia, Brasília e Palmas; Sujeitos não desejados; Práticas socioculturais; Sujeitos desviantes.

Resumen

En este artículo se pretende mostrar cómo el movimiento espacial de los trabajadores constructores de Goiânia, Brasília y Palmas ellos desviados el principal objeto del proceso de construcción inicial de las capitales diseñados en Cerrado Para ello se parte de la discusión que se comunicaba con el análisis socio-espacial apartarse de los preceptos que estas ciudades - capitais fueron administrados por y para la capital , entendemos que son insuficientes para comprender la formación de sus espacios urbanos . Una vez que el enfoque en el producto final de la relación capital-trabajo, ignorar la lucha de los sujetos no deseados para instalarse en esta ciudad. Así es que le añadimos las relaciones y sus significados simbólicos, políticos y sociales. Hay un espacio de vida que no puede ser tenida en cuenta. Aquí es donde se percibe como el movimiento espacial del sujeto espacios no deseados en estas ciudades de capital previstos a la posición del sujeto desviada a la lógica hegemónica del capital hacen.

Palabras clave: Goiânia, Brasília y Palmas; Sujetos no deseados; Prácticas socioculturales; Sujetos desviantes.

Résumé

Cet article vise à montrer comment le mouvement spatial des travailleurs bâtisseurs de Goiania, Brasília et Palmas fit le déviantes sujet principal du processus de construction initiale des villes capitales conçues dans le Cerrado. Pour cela, nous partons de l'argument selon lequel tout communiant avec l'analyse socio-spatiale au départ des préceptes que ces capitales ont été gérées par et pour la capitale, nous comprenons qu'ils sont insuffisants pour comprendre la formation de ses espaces urbains. Une fois l'accent sur le produit du ratio capital-travail fin, ignorer la lutte des sujets indésirables à régler dans cette ville. Ainsi, il est que nous ajoutons les relations et ses significations symboliques, politiques et sociaux. Il y a un espace de vie qui ne peut être négligée. C'est là où il est perçu comme le mouvement spatial du sujet des espaces indésirables dans ces villes en immobilisations prévues en font l'objet déviant mesure de la logique hégémonique du capital.

Mots-clés: Goiânia, Brasília et Palmas; Sujets indésirables; Pratiques socioculturelles; Sujets déviantes.

Introdução

A seguinte argumentação inaugura este artigo: o movimento dos trabalhadores construtores para se especializarem em Goiânia, Brasília e Palmas os tornaram os principais sujeitos desviantes do processo inicial de construção das cidades-

capitais projetadas no Cerrado, fato que demonstra que este processo de espacialização não foi tranquilo. Muito pelo contrário: é marcado por lutas contra a exclusão, a segregação, a desigualdade, o controle, enfim, por uma lida diária destes sujeitos para conquistar um pouco de dignidade e um pedacinho de chão nestas cidades.

Tais lutas, ao mesmo tempo em que revelam as contradições – entre o espaço concebido e o espaço vivido; entre o tempo histórico e o tempo social; entre a alienação e a criação; entre a frustração e a possibilidade; entre a dominação e a insurgência – no processo de construção dessas cidades-capitais projetadas, demonstram que os seres humanos, neste caso específico, os trabalhadores-construtores não são passíveis de alienação total. Ele, luta, cria, modifica, resiste e (Re)Existe, rompendo a ordem estabelecida e criando uma nova (des)ordem.

Este cenário de contradições, opressões e resistências remetem a alguns questionamentos. O primeiro: quem são estes homens e mulheres que largam a sua terra natal, alguns sua família, e viajam centenas ou milhares de quilômetros, em condições extremamente precárias, em busca do desconhecido? Outro: o que leva estes homens e mulheres a enfrentarem tamanha adversidade sem ao menos ter alguma garantia de se fixarem nestas cidades? E por último: qual a chama que, depois de tanta frustração e opressão, retroalimenta a esperança de uma vida mais digna destes homens e mulheres nestas cidades?

Algumas preposições e embasamentos teóricos, já expostos em pesquisas e trabalhos que publicamos, assinalam o caminho para as respostas a estas indagações, principalmente as relacionadas à terra, ao trabalho e ao capital, visto que estes são os pontos cruciais para o entendimento das contradições e das lutas entre as classes sociais desde os primórdios da formação do território brasileiro.

Contudo, pretende-se aqui responder a estas questões a partir das vivências dos trabalhadores-construtores durante esse processo, visto que eles, ao representarem o maior contingente populacional destas cidades no início de suas construções, tornaram-se os principais responsáveis pela concretização das cidades concebidas nas pranchetas e nos acordos para as cidades reais. São sujeitos e autores, pois ao mesmo tempo em que deram vida a estas cidades também vislumbravam outra vida para as suas vidas.

As declarações a seguir que, descrevem os seus sentimentos de pertencimento e os motivos que os fizeram migrar para essas cidades-capitais, nos auxiliam nessa compreensão.

A cartografia do trabalho: entre sonhos, migração e pertença

Iniciamos este tópico com a declaração de ‘Seu A.’ (2008) que, ao sintetizar, emocionadamente, a sua trajetória percorrida ao longo de seus 87 (oitenta e sete) anos de vida, dos quais 62 (sessenta e dois) foram vividos na capital goiana, exemplifica que, independentemente de a historiografia oficial não os considerar, os sujeitos não desejados também são construtores destas cidades. Denominam-se goianienses, brasilienses, palmenses e o são por direito e pela veemência histórica, socioespacial, cultural e simbólica que representam

pra mim, Goiânia é a melhor cidade pra se viver hoje, no Brasil, quiçá no mundo. Porque ela cresce. [...] Eu admiro muito o povo dessa Goiânia, e é a cidade que mais progride no mundo. [...] Quando eu saio de Goiânia, eu fico doído pra voltar aqui pra Goiânia.

Este sentimento de pertencimento pelo território vivido e conquistado mistura-se à percepção de dever cumprido, conforme expressa ‘Dona. R.’ moradora da cidade de Palmas desde 1991:

[Palmas] É muito bonita, muito boa. Assim, é muito interessante a gente ver uma cidade crescer, porque a gente conhece a cidade. A gente conhece a cidade de ponta a ponta. Eu conheço a cidade por onde hoje está cidade e que não era. Era o lugar onde nós pegávamos saibro, que hoje não se fazem paredes com saibro, se fazem com areia. Naquela época em que chegamos aqui, pegávamos uma areia chamada saibro. Hoje, já é cidade, já é um bairro. Eu tenho gosto, tenho prazer de morar hoje aqui, porque a gente sofreu, mas a gente conseguiu. [...] Minha cidade de origem, que é a cidade em que quase não nasci, mas me criei, eu a amo. Mas hoje a minha vida é Palmas.

‘Seu D.’ e ‘Dona R.’, ao falarem sobre a saga de suas vidas e das cidades que ajudaram a “erguer”, exprimem pertencimento, dor, afetividade, realização e orgulho, sentimentos dignos dos sujeitos que não são vítimas ou donos da história, mas parte dela. Como eles, há tantos outros cujas memórias de vida se entrecruzam com as memórias de construção destas cidades-capitais.

Banidos de suas terras natais, ou por falta de emprego, ou por falta de terra ou de condições mínimas de sobrevivência, a migração para outros estados,

principalmente para uma cidade-capital em construção, representava uma das poucas possibilidades de adquirir melhores condições de vida, conforme se pode constatar dos depoimentos a seguir.

O primeiro depoimento é de ‘Dona A’, migrante nordestina, que está em Goiânia desde 1952.

Eu sou de Barreiras e minha prima veio morar aqui. Aí ela foi lá passear e me convidou. Minha mãe não queria deixar, mas como gostava muito dessa prima, ela falou: “Não, vou deixar, como ela está indo trabalhar e tal...”. E eu vim. Vim de caminhão. [...] Vim trabalhar. Pensei, vou trabalhar, porque em Barreiras era pobre não tinha emprego, não tinha em que trabalhar. Bordava, mas não ganhava quase nada, a vida era difícil. A vida era pobre. Porque lá a gente não tinha um emprego. [...] Era uma vida, assim, apertada. Não passava fome porque eu tinha um tio que açougueiro. A carne ele dava todos os dias pra gente. Mas era uma vida apertada. Não era fácil. Tinha dia que comia só a carne com farinha ou com feijão. Arroz na Bahia era mistura.

‘Dona Z.’, migrante baiana que foi para Brasília em 1973, também relata o motivo pelo qual migrou para a nova capital:

Eu morava na roça. Meu marido morava aqui. Morava aqui, já trabalhava no clube da Aeronáutica. E eu morava lá em casa, na casa da minha mãe, na Bahia. Ele me deixou lá com três filhos. Quando ele me deixou lá, meu menino de 34 anos estava com 6 meses, quando ele me deixou. Aí, ele já estava aqui, mas não tinha como mandar dinheiro pra mim. [...] Ele já tinha uns quatro anos aqui. [...] Veio trabalhar. Ele trabalhava na construção. Aí, ele me deixou lá. Com 18 anos, eu era mãe de três filhos. Aí, ele me deixou lá na casa da minha mãe.

O depoimento de ‘Dona R.’, que é do interior do Tocantins, diferentemente das outras duas migrantes que são nordestinas, também expõe o porquê de sua migração para a capital tocantinense:

Eu vim de Pium pra aqui. Pium é uma cidadezinha pequena, daqui a uns 160 quilômetros. Me criei lá no Pium. E quando começou Palmas, a gente veio pra cá. Eu vim aqui, ver como é que era. Aí, eu pensei: tenho que vir pra aqui, porque é o futuro. Não era o futuro meu, porque também não sou mais criança, mas eu tenho minhas filhas e hoje já tenho neto, agora já tenho bisneto. Aqui, podia melhorar, podia estudar, podia crescer, que a capital começava. E começava com muita dificuldade. Quando eu cheguei aqui era muita barraca de lona, não tinha lona, não tinha água, energia também não tinha. Era lugar, assim, confinado, por exemplo, ao redor do palácio, que tinha já estrutura melhor. Mas tudo era chão. Não tinha nada de asfalto, era pouco asfalto que tinha.

As declarações das três migrantes, além de evidenciar que o trabalho é um dos principais fatores de migração destes trabalhadores, também evidenciam a força de

atração do urbano. Força tamanha que, aliada à dura realidade de miséria a qual estes migrantes estavam submetidos e às doses de esperança de uma vida melhor, os faziam enfrentar quaisquer tipo de adversidades. A explanação de ‘Seu. D’, que chegou a Goiânia em 1945 em busca de trabalho e levou 45 dias, a pé, de Barreiras até a nova capital goiana, exemplifica esta afirmativa:

Meu pai era um viajante. E ele veio pra cá naquela época, ele veio a pé, de Barreiras até chegar a Goiânia. Chegando aqui, começou-se a trazer a capital e ele começou a trabalhar com o Pedro Ludovico. Ele foi um dos que ajudaram a trazer a capital de Goiás pra Goiânia. [...] Nós levamos 45 dias. Nós viemos seis famílias. Um bocado já morreu. Da turma que veio com nós, só tem duas pessoas. Meu pai morreu, minha mãe morreu, todo mundo morreu. Aí, eu sou um dos fundadores da capital. Aí, nós chegamos em agosto... Julho, de 1945. Aí, ficamos aqui. (Seu D., 2008).

Abaixo, outra declaração da migrante nordestina que, mesmo depois de mais de duas décadas em sua cidade natal, também enfrentou dificuldades e incertezas durante a sua jornada para a nova capital do país, tudo para fugir de uma situação de precariedade e miséria humana que estava submetida em Buritirama–BA:

Passamos 26 dias na estrada, lotado o caminhão, que se chamava até Mão Branca. Eu vim porque não estava dando conta mais de ficar sozinha naquele deserto sofrendo com tanta fome. Porque era uma fome! A fome não era brincadeira não. Eu tinha esperança de uma vida melhor. [...] Eu nem imaginava que eu viria pra Brasília, eu não sabia, porque nem notícia tinha do pai dos meninos. Nem sabia onde achava. Um ano e seis meses sem ele me dar notícia. Aí, peguei o caminhão e [...] vim. Vim com uma cabacinha de água... A cabaça ainda tem, uma cordinha quebrou. A água acabou no meio do caminho. [...] Tinha chovido e tinham aqueles poços de água. Quando a água era limpinha, o caminhão parava, nós enchíamos a cabaça e seguíamos caminho. Pra comer, era farofa e biscoito. (Dona Z, 2012).

É importante destacar aqui o papel da ideologia neste processo, uma vez que na maior parte das entrevistas é detectada a “ilusão” de que a migração para estas cidades seria a solução dos seus problemas de sobrevivência e de classe social. Este conceito da cidade como sujeito, embasado no pensamento liberal estadunidense, defende que as cidades teriam a capacidade de crescer e equilibrar-se naturalmente pela lei da oferta e da demanda, em um sistema no qual tanto os mais privilegiados como os mais pobres encontrariam seus espaços com as diferenciações “naturais” de qualidade, inerentes à própria lógica do capitalismo (FERREIRA, 2005).

No entanto, esta posição de transferir todas as responsabilidades de crescimento material e até imaterial para o plano individual nada mais é do que a

tentativa de naturalizar a coisificação das relações sociais e escamotear a alienação do trabalho promovida pelo modo de produção capitalista. O capitalismo, conforme apregoa Martins (2008), anuncia a possibilidade, mas alcançá-la é o grande problema, conforme se demonstrará a seguir.

A incongruência do capital: de trabalhadores construtores à sujeitos não desejados

No depoimento de ‘Seu D.’, migrante nordestino, que tem 80 anos e começou a trabalhar aos 11 como ajudante de pedreiro na construção de Goiânia, consegue expressar como a incongruência entre possibilidade e aquisição alcançará o âmago da existência dos sujeitos sociais, pois ela irá refletir no processo de realização de vida na vida. Ou seja, o sentimento de frustração estará intrinsecamente conectado ao de realização.

Eu sei que Goiânia, eu que cheguei na época [emocionado, chorando] poderia ter ampliado mais a minha situação financeira; não ampliei, mas sou um homem muito feliz, porque eu vim a pé, vim pequeno, cheguei aqui e encontrei a minha vida.

Nas palavras de ‘Seu D.’, fica notório que, a partir das estratégias e dos instrumentos ideológicos utilizados pelos planejadores neste processo, é produzido um encantamento em torno da aquisição das coisas, que passa a ser fundamental para viabilizar uma organização produtiva e social, por meio do trabalho assalariado, que captura os sujeitos sociais e os fazem gerar riquezas para os outros. Esta foi e ainda é a lógica utilizada na constituição dos espaços urbanos das cidades-capitais projetadas no Cerrado.

Dona F. retrata bem esta situação ao relatar os primeiros anos de vida dela e de seu marido em Goiânia:

Ele trabalhava na construção, de pedreiro, enquanto estava aqui em Goiânia. [...]. O Palácio ele ajudou a construir. Aí, ele foi pra Rio Verde, trabalhar no ministério. Nós casamos e viemos pra cá de novo. No ministério, ele era motorista. Ganhava um salário muito baixo e eu trabalhava, fazia tricô, costurava para confecção, para ajudar na despesa da casa. Eu costurava a semana inteira, dia de sábado eu entregava a costura. [...] Eu não passeava. Meu tempo era curto. Eu levantava antes das 7, cedinho eu estava na faculdade. Às 7 eu estava lá. Aí eu vinha... Levantava 4 horas da manhã pra fazer a comida pros meninos. Deixava o almoço prontinho.

Agora veja esta outra conjuntura:

Quando eu trabalhei na... eu fazia três virada na semana. [...] Entrava segunda-feira trabalhava de segunda, o dia de segunda-feira ou a noite para amanhecê na terça e dormia o dia. Passava o dia dormindo quando era noite eu entrava outra vez, trabalhando a noite e o dia de quarta-feira. Aí eu ia folgá outra vez da noite de quarta para quinta. Quando era sexta-feira eu entrava de manhã e trabalhava até o sábado. Sábado a gente recebia uma mixaria e ia descansá (poceiro).¹ (SOUSA,1983, p.35-36).

A declaração acima não é de nenhum operário inglês do início da revolução industrial, e sim de um dos milhares de operários que construíram Brasília. Iludidos pela proposta de melhores condições de vida e de oportunidades de trabalho assalariado, tiveram os seus sonhos desviados. As tão propagadas possibilidades e coletividades anunciadas pelos agentes da construção só existiam na forma de organização da produção, que foi baseada na socialização, mas a distribuição era, e ainda é, eminentemente, concentradora e elitizada.

As possibilidades e os desfrutes destas obras, tanto na esfera pública como na privada, eram privilégio de poucos – os “patrões” e seus agentes – e não para a maioria da população – representada pela classe trabalhadora. A esta classe foram reservadas árduas jornadas de trabalho, exclusão socioespacial e condições deploráveis de vida. O depoimento de ‘Dona D.’, que mora na Vila Nova (Goiânia) desde a década de 1950, ao descrever as condições de extrema precariedade e de total falta de infraestrutura a que eram submetidos ao chegar na nova capital goiana, evidencia esta premissa:

Aqui era um martírio. Eu chorei, porque saí da minha terra, sem conhecer ninguém, vim pra aqui pra esse lugar, prum barracãozinho que nem porta tinha; nós não podia por, pra falar a verdade. Com tanta gente matando, tiro na rua. Eu fiquei muito nervosa, muito assustada, entendeu? Não tinha rua. Era buraco. Quando chovia dava cada buraco nessa rua! Quando passava a chuva, era poeira que tinha que pó na tampa da panela, de tanta poeira. E eu chorava noite e dia. Arrependi milhões de ter casado. Saí da minha terra... Lá não era bom, mas aqui estava pior. Só de poeira, buraco, matança, sem conforto, não tinha rua, só tinha um trieiro. Formigueiro aqui na oficina era assim, faltava carregar nós. Matava os cachorros e escondia. Maldito mau cheiro, aquele maldito mau cheiro (‘Dona D.’, 2008).

Esta conjuntura retratada por ‘Dona D’ não foi exclusiva dos migrantes construtores de Goiânia, em Brasília e em Palmas também a encontraremos. A descrição de ‘Dona Z.’, moradora da Vila Planalto desde 1973, sobre a sua primeira

¹ Entrevista realizada entre fevereiro e julho de 1978 por Nair Rosa Bicalho de Sousa. SOUSA, R.B. de. Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política. Vozes: São Paulo, 1983.

impressão de quando chegou no lugar que seu marido estava “morando” em Brasília é um exemplo.

Quando eu cheguei no lugar, que eu vi o lugar em que ele morava, eu comecei a chorar: “Meu Deus, o que eu vim fazer aqui? Lá em casa, nós tínhamos uma casa digna, esse negócio aqui é de madeira.” Todo de madeira, feito de pedaço pau, que era de resto de construção. Aí, cheguei num quartinho que eu vou contar pra vocês. Um quartinho que era esse quadrado aqui assim, dentro tinha uma cama de madeirite. Tinha uns dois metros, só a conta da cama mesmo e encostar a portinha assim, eles trocaram de roupa. Meu irmão trabalhava de dia e ele trabalha à noite. De dia ele dormia, de noite meu irmão dormia. [...] O barraco da frente não era diferente do de trás não.

Seu J.R., morador de Taquaralto desde 1991, explicita a mesma realidade vivenciada em Palmas. Segundo ele,

[n]o início, quando cheguei aqui, em 91, a gente encontrou aqui muita dificuldade. Estava no início, na realidade, estavam se iniciando todas as construções, principalmente a área de construção civil, pavimentação, enfim, tudo estava sendo iniciado. O que encontrávamos aqui era poeira, mosquito e falta em tudo, porque comércio não tinha. Tudo era início, nós estávamos dentro de um cerrado. O Siqueira veio, implantou a capital dentro de um cerrado e, dali, iniciou a capital. E nós encontramos aqui, em tudo, muita dificuldade. E daí por diante foi cada uma pessoa; vinham os imigrantes de outros estados.

As declarações dos migrantes explicitam que a tão propagada e desejada prosperidade estava longe da realidade encontrada. Ao descrever os seus cotidianos, revelam uma vida dura, cercada por violência, sujeira e mau cheiro. A imagem de cidade descrita por eles é caótica e está bem distante da obra coletiva e promissora que era anunciada pela elite construtora. É o outro lado do processo de construção destas cidades que foi vivenciado, principalmente, pelo grupo dos operários da construção civil e suas famílias, os não desejados no espaço planejado.

Esta vivência contribuiu para que os trabalhadores, ou pelo menos parte deles, compreendessem e criticassem este processo. ‘Seu D.’ demonstra esta consciência crítica ao dizer que

[a] Vila Nova só tinha esse pedaço da Quinta Avenida pra cá, a 212, esse quarteirão aqui, da Quarta Avenida pra cá. E tinha o colégio, só esse quarteirão aqui. Aí, a gente passava pra Goiânia por uma pinguela que tinha dentro da mata. Era uma barreira na cidade.

A barreira entre a cidade legal e a ilegal, além de ser notória para alguns destes migrantes, também foi motivo de muita repulsa. Na continuação do depoimento de ‘Seu J.R.’, sobre Palmas, consta-se esta asseveração:

Pra gente que chegou aqui na época, que tinha... Tinha não, ainda há muito terreno disponível ali no centro, é constrangedor a gente chegar e ser jogado lá pra fora, pros subúrbios pra lá, com mais dificuldade. Tudo era difícil pra gente, ter acesso ao centro, pra trabalhar, enfim, tudo era difícil. Então, pra gente, foi uma maneira muito constrangedora a gente chegar a esse ponto. Mas o que fazer? [...]Que a gente veio de lá, ficou com medo da pressão do governo. Ficamos com medo e hoje estamos aqui.

E como se esta situação de exclusão, de falta de infraestrutura e de precariedade de vida humana não bastasse, acrescenta-se a este pacote a ação repressora e de controle do Estado sobre a classe trabalhadora, principalmente para que não se fixasse nestas cidades. As estratégias iam desde a derrubada de barracos, a presença de “jagunços” nos acabamentos até a formação de barreiras para impedir a entrada e a permanência dos sujeitos não desejados nestas cidades.

‘Dona Z.’, ao narrar que o caminhão que a trouxe de Buritirama até Brasília tinha que parar em Planaltina de Goiás, expõe esta conjectura:

Porque não entrava com gente, que a polícia não deixava. Era uma fronteira. O caminhão chegava até Planaltina de Goiás, no posto policial. Do posto policial, ele não passava; tinha até uma lista; se não tinha o nome naquela lista, não passava. Aí, nós que tínhamos que nos virar pra achar os familiares. Planaltina é muito longe.

Seu J.R reforça esta situação ao responder a pergunta de que se quando chegou a Palmas havia um lugar no espaço planejado para os trabalhadores construtores.

Havia ‘sim’. Havia muita mudança, média de 50 a 60 caminhões, pau-de-arara, chegando com famílias. Mudança direto, direto, direto. E ia se acumulando ao redor do palácio. Chagava ao Centro, a primeira coisa que a gente encontrava ali era o palácio. Começamos ali com a construção das secretarias. E o povo ia se acampando ali. “É Palmas?” “É Palmas.” E aí ficava. E foi se acumulando debaixo dos pés-de-árvore. Aí, o governo começou a botar a polícia pra tirar fora. Pra onde? Taquaralto. [...] E com essa mudança do pessoal chegar até aqui, os outros que foram chegando, já havia barreira de um lado e do outro pra não deixar passar tanta gente; então, os que foram escapando das barreiras chegaram a Taquaralto e começaram a se acomodar por aqui mesmo. Fazendo barraco e invadindo. Barraco, barraco, barraco. Era só lona preta.

A descrição do migrante sobre como eles regiam, burlavam e resistiam às ações de repressão e segregação socioespacial implantadas pelo Estado traz à tona a relação dialética deste processo. É a outra face da moeda sendo desvelada por meio das ações e estratégias que foram usadas pelos sujeitos não desejados para conquistar o direito de permanecer nestas cidades-capitais. Esta outra face elucida que o possível, contrariamente ao que é apregoado pela ideologia capitalista, está no real e no realizado.

A resistência: de sujeitos não desejados à sujeitos desviantes

Com efeito, o real e o realizado só podem ser percebidos na dimensão do espaço vivido, pois é aí que se distinguem as outras formas de ações e relações existentes no espaço social que, além de extrapolar a ordem preestabelecida, também reafirma a dimensão histórica e sociocultural que há em qualquer obra humana. Harvey (1998) contribui com esta afirmativa ao dizer que para fazer uma omelete é necessário quebrar um ovo. Em outras palavras: o novo não existe sem o antigo.

Por isso é que no Brasil urbano, seja pelas questões relacionadas à terra e ao trabalho, seja pelas ações de repressão do Estado ou pelas ações de resistência da classe trabalhadora, haverá reminiscências do Brasil rural. E os trabalhadores construtores, ao se perceberem, novamente, como excluídos socioespacial e político, tentaram reproduzir nos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas (como uma alternativa integradora e de sobrevivência), alguns dos padrões socioculturais que remontam aos das comunidades do meio rural (origem da maioria). A relação sujeito/sociedade é feita, então, por meio dos grupos de relações primárias (família, vizinhança, congregação religiosa). Eles aparecem como tentativas de reconstrução da sociabilidade antiga (CAVIGNAC, 1997).

Neste relato de ‘Seu D.’, ainda sobre como enfrentaram esta situação em Goiânia, verifica-se esta premissa:

Mutirão. Pra fazer mutirão nós juntávamos os pedreiros, fim de semana; quem não tinha nada, eles compravam o material. Ali no Botafogo, no Setor Universitário, nós invadíamos muito terreno e fazíamos casa para os operários. Juntávamos aquela turma de pessoas e fazíamos, invadíamos. Levantávamos no sábado, no domingo à noite podia mudar, quando eles chegavam a casa já estava pronta. [...]Tinha um tal de Luizão, que era jagunço, e andava com outros dois jagunços – ele já morreu também – e chegava, queria derrubar. Os homens iam trabalhar, ficavam só as mulheres com os filhos, aí eles não derrubavam, porque só tinha criança. De noite,

quando eles voltavam, o pessoal já saía da casa, pra eles não derrubarem a casa.

Esta luta pela conquista da moradia na cidade e, indiretamente, pelo direito à cidade, nada mais é do que a antiga e louvável luta contra a sua expropriação da terra, exploração do trabalho e pelo usufruto equânime da produção coletiva que milhares de brasileiros travam há décadas contra as elites dominantes. Ou seja, a luta de classes que existia no campo também veio na bagagem destes migrantes e, por isso, é reavivada a partir das ações e estratégias de oposição e enfrentamento de que a classe trabalhadora se utiliza para combater qualquer tipo de controle e segregação que a elite dominante tentará a ela imputar.

Na narrativa de ‘Dona A.’, moradora da Candangolândia, evidencia-se esta realidade:

[...] eles estavam querendo arrancar a Candangolândia. Que a Candangolândia era pra ser uma área nobre. Eu fiz parte da associação de moradores, eu era secretária, na época. Foi por volta de 80, mais ou menos. Essa área era pra ser extensão do Lago Sul. Não era pra ser Candangolândia. Inclusive, quando o coordenador da associação, José Everaldo – inclusive, ele já faleceu –, chegava lá e voltava revoltado, porque o pessoal falava assim: “Ali não é área de favela, é área nobre.” [...] Até 85 foi assim. Foi quando nós fomos transferidos Eles fizeram assim, trouxeram a gente de uma vez.

No relato de ‘Dona A.’ fica claro que, por mais que se tente, a elite dominante, por meio das cidades e de seus processos urbanos, jamais conseguirá o controle absoluto sobre a classe trabalhadora. Haverá resistências que gerarão deslizamentos e, conseqüentemente, outra ordem nestes espaços urbanos. David Harvey (2013, p. 106), ao ponderar sobre como se estão configurando outras formas de organizações na sociedade urbana, que ele denomina de ‘cidades rebeldes’, diz que a dinâmica política e social desta luta que é travada pela classe trabalhadora pela/cidade é um importante pressuposto para compreender as outras lógicas de ações e produções que extrapolam a do capital. Este fato é corroborado ao se constatar que cada vez que é construída uma das novas cidades-capitais projetadas, há aprimoramento nas estratégias e ações, tanto por parte dos planejadores como por parte dos trabalhadores construtores, das disputas pelos/nos espaços urbanos de Goiânia, Brasília e Palmas.

O embate inicial entre planejadores e trabalhadores nas cidades de Goiânia e de Brasília dá-se, essencialmente, nas questões relacionadas à transitoriedade da mão de

obra dos trabalhadores e na fixação destes trabalhadores em uma área não destinada a eles, fora do espaço concebido. Já em Palmas, no embate inicial entre trabalhadores e planejadores, mesmo não tendo sido superadas as outras questões, percebe-se que nas estratégias de resistências dos sujeitos não desejados há indício de conquistas da espacialização da classe trabalhadora no espaço privilegiado, conforme descreve um dos integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN):

[...] era muito difícil estes trabalhadores morarem nas Arenys, na região de Taquaralto, e vir trabalhar aqui em Palmas. Então, nós começamos questionar esse modelo e este movimento foi fundado e nós começamos a apoiar várias ocupações espontâneas de trabalhadores que ocupavam aqui. Inclusive nós temos vários exemplos que os trabalhadores resistiam e a prefeitura tinha que construir moradias. Mas a nossa primeira ocupação organizada foi justamente na fundação do movimento, que nós ocupamos uma área pública aqui no Centro de Palmas, que foi a Arne 15, que é uma quadra que hoje funciona a residência oficial do governo. [...] Ainda não existia um número suficiente de policias para poder despejar os trabalhadores. Então a gente tinha esta vantagem: Palmas era uma cidade que estava iniciando e a polícia tentava tirar e agente resistia. Mas aí como era uma quadra para construir a residência oficial do Estado, o Estado chamou a gente para negociar através da antiga Codetins que era a empresa de organizava estas terras. Então nós recebemos o lote e uma cesta básica de construção para todas as famílias e conseguimos conquistar as Arnes 51 e 61.

A declaração do integrante do MNLN, conjuntamente com as de ‘Dona A.’, de ‘Seu J.R’ e de ‘Seu D’, confirmam que por mais que se tente criar “cercas” no processo de construção e ocupação dos territórios urbanos, eles serão ocupados por todas as classes sociais, independentemente da vontade da elite dominante. As cidades, ao se tornarem lócus das atividades econômicas, políticas, sociais e culturais, passam a ser uma aspiração de todos, pois representam novas possibilidades de poder trabalhar, morar, estudar, enfim, de uma vida mais digna.

As cidades-capitais projetadas no Cerrado são exemplos desta premissa. Para a maioria dos trabalhadores, estas cidades representavam a oportunidade de uma vida melhor, com trabalho, moradia e direito ao desfrute da urbanidade propagada; ou seja, ao migrarem, traziam em sua bagagem doses de esperanças que, mesmo se misturando às incertezas e injustiças, transformavam-se em instrumentos de resistências que garantiram o direito de permanecer nestas cidades.

É no seio deste paradoxo entre o desejo da conquista de uma vida melhor, o enfrentamento da segregação socioespacial, a exploração da força de trabalho e a luta para conquistar o direito a permanecer nestes espaços urbanos que se percebem os

resíduos da práxis revolucionária, que surgem ao se constatar que, do mesmo modo que a classe trabalhadora será capturada pelo processo alienante do modo de produção capitalista, ela também encontrará mecanismos de escapes para lutar, resistir, (Re)Existir e, conseqüentemente, construir outras cidades em uma mesma cidade.

É importante ressaltar que se tem consciência da força que a urbanização e o modo de vida apreçoado por ela têm hoje no processo de reorganização e reestruturação do modo de produção capitalista. No entanto, ater-se somente a este problema é paralisar no tempo e no espaço. É não compreender que os processos socioespaciais são dinâmicos e que a urbanização, ao se tornar mais importante que a industrialização, gerou outra problemática socioespacial: a problemática urbana. Os motivos são os mais diversos, mas destaca-se, sobretudo, que este modelo de urbanização concentrador, desigual e desumano gerou uma realidade urbana contraditória e desigual. As contradições entre a economia, as forças produtivas e a produção social são latentes e se abroham, evidenciando, assim, que há uma luta de classes por uma nova realidade urbana que há tempos saiu das fábricas e expandiu-se nas/pelas cidades.

Por isso que se quer, aqui, ressaltar a dialética entre alienação e criatividade; entre dominação e resistência; urbanização e realidade urbana; entre norma e vida; entre modernidade e tradição, pois é a partir dessa dialética que se ‘apreende’ que, por mais que se tente, não há trabalho alienável; sobreposição completa de uma cultura sobre a outra; cidades e modo de produção que não passíveis de transformações e, muito menos, uma única forma “urbana” que é capaz de moldar os seres humanos e controlá-los a tal ponto de destituir os seus sonhos, seus desejos e suas necessidades.

Ora, o movimento da classe trabalhadora, dos excluídos e marginalizados nas cidades e pelas cidades – apesar de a classe dominante tentar desqualificá-lo e até mesmo obscurecê-lo – é exemplo concreto deste processo. Desse modo, é que afirmamos que as cidades-capitais projetadas no Cerrado não são apenas cidades produzidas para e pelo capital. Elas, como qualquer outra obra humana, são uma produção social e, como tal, são contraditórias e estão em movimento constante. É exatamente aí que se percebe a imbricação entre a cidade idealizada (pelo capital e para o capital) e a cidade materializada (como produção social).

A cidade real engloba tempos, espaços, memórias, enunciados e relações diferentes; por isso é que, algumas vezes, apresentam-se de maneira nebulosa, pois de

uma mesma cidade, ou de um mesmo lugar nestas cidades, encontrar-se-ão diferentes vivências e análises. É a disputa de classes na e pela cidade que se revela por meio de suas formas, suas cores, seus odores, suas vias, seus traçados, seus objetos, seus pontos de contato e de convergência e, especialmente, pelas ações e relações que seus habitantes estabelecem entre si e entre eles e a cidade.

Referências

- ANDRADE, C. R. Prefácio. In: Jacques, P. B. (Org.). **Apologia da Deriva** - Escritos Situacionistas Sobre a Cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, 11 p.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- GONÇALVES, A. R. **Goiânia**: uma modernidade possível. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.
- FERREIRA, J.S.W. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, UNESP Bauru; SESC Bauru, 21 a 26 de ago. 2005
- HOLSTON, J. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KRAN, F. e FERREIRA, F.P.M. **Qualidade de vida na cidade de Palmas - TO**: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. *Ambient. soc.* [online]. 2006, vol.9, n.2, 123-141 p.
- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- PAVIANI, A. **Urbanização no Distrito Federal**. *Minha Cidade, São Paulo*, 07.074, Vitruvius, set 2006 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/07.074/1940>. Acessado em dez. de 2013.
- PELÁ, M.C. H. **Goiânia**: o mito da cidade planejada. Goiânia: UFG, 2009. 165 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás.

_____. **Uma nova (Des)ordem nas cidades:** o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas . Goiânia, 2014. 268p. Tese (Doutorado) Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás.

Recebido para publicação em dezembro de 2016

Aprovado para publicação em março de 2017